

Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional

Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão



Índice

6	Apresentação	94	Chaminés
8	Prólogo	104	Argamassas e revestimentos
		104	Argamassas de assentamento e de revestimento
10	Introdução	109	Revestimentos
14	Património rural: origens e âmbito do conceito	111	Barramentos
		113	Fingidos, marmoreados e pinturas decorativas
18	Enquadramento territorial	115	Esgrafito e grafito
		116	Trabalhos de massa
24	Antes ainda dos processos construtivos tradicionais: uma introdução breve ao estudo dos montes da serra do Caldeirão		Caiações e pinturas
		118	Caixilharias
30	Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão	134	Capítulo 3
			Arquitecturas produtivas e elementos singulares
		136	Moinhos de água
		148	Moinhos de vento
36	Capítulo 1	164	Construções com materiais de origem vegetal: a cabana e a serra
	Materiais de construção tradicional		
	Materiais de origem mineral	170	Telheiros
38	○ xisto	178	Fornos de cal
41	○ barro	184	Fornos de pão e fornalhas
45	A cal	188	Poços
49	Os pigmentos		
	Materiais de origem vegetal	192	Capítulo 4
52	○ material vegetal como recurso na construção tradicional da região oriental da serra do Caldeirão		Exemplos de aplicação prática: a experiência do GTAA Sotavento
54	Escolha, época de recolha, preparação e aplicação do material vegetal	194	Execução de alvenarias de xisto
55	As madeiras	208	Execução de calçadas de xisto
57	As varas ou ripas	218	Execução de argamassas de cal
58	Os feixes de vegetação		
60	Os elementos de atar	224	Índices remissivo e geográfico
62	Capítulo 2	226	Glossário
	Sistemas e técnicas de construção tradicional	228	Fontes orais
	Alvenarias	230	Bibliografia
64	Alvenarias de xisto		
70	Taiipa		
74	Adobes, tijolos e tabiques		
78	Pavimentos		
	Coberturas		
82	Coberturas definidas por planos inclinados		
85	Coberturas cónicas		

Introdução

Vítor Ribeiro
Arquitecto

Desde cedo o Gabinete Técnico de Apoio às Aldeias do Sotavento (GTAA Sotavento)¹ definiu um conjunto de princípios de coerência transversais a todos os projectos a elaborar que se cruzavam num propósito essencial: contribuir para recuperação do uso e aplicação dos materiais e técnicas de construção tradicional características do seu território de acção.

Esse objectivo, para além de se cumprir na incorporação desses materiais e técnicas nos projectos e respectivas obras, afirmou-se ainda na intenção de indução de efeitos demonstrativos capazes de fazer despertar do esquecimento os saberes e práticas que lhes estão associados, revelando a sua importância para a afirmação da identidade local, lembrando a esse propósito que, como defende Françoise Choay², “renovar espaços de vida com a competência de articular que, ao longo dos milénios, contribuiu com um mesmo movimento para fixar os homens ao meio natural e fazê-los recomeçar sempre a instituição da sua comunidade é uma opção válida”. De forma a responder aos desafios lançados pelo PRAA³ – *reabilitação urbana, reabilitação do património, preservação das aldeias rurais, qualificação do ambiente e dos valores naturais, promoção e requalificação de espaços degradados, revitalização dos tecidos socio-productivos locais e valorização das produções tradicionais*, entre outros, e com os quais se visava promover a integração e coesão territorial e social, dando coerência a um território fragmentado por lógicas desconexas, desestruturado e profundamente desequilibrado – as respostas do GTAA Sotavento aos propósitos nele inscritos procuraram sempre reflectir uma atitude de descoberta de um património, quer material quer imaterial, sobre o qual estava incumbido de intervir.

Num mundo em acelerada universalização e normalização de processos, práticas e formas construtivas, a qual arrasta consigo os riscos de “uniformização dos assentamentos urbanos e do seu ambiente à escala planetária”⁴, e em que o consumo energético assume proporções alarmantes, a aposta assumida na valorização da importância do património vernáculo, enquanto “expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, expressão da diversidade cultural do mundo”⁵, surgia assim como contributo possível para dar resposta a duas questões fundamentais.

Por um lado, contrapor aos processos de homogeneização cultural e às alterações socio-económicas decorrentes da globalização a afirmação da identidade e cultura locais associada à emergência de novas formas de turismo (turismo-rural, turismo-cultural, eco-turismo, etc), considerando a importância da incarnação do passado no património arquitectónico, de que as aldeias tradicionais no seu enquadramento natural ou construído também fazem parte de pleno direito, como “ambiente indispensável ao equilíbrio e desenvolvimento humanos”⁶; e por outro, contribuir para o combate ao desperdício e ao excessivo consumo energético⁷ através da utilização de materiais tradicionais, de extracção e/ou produção local, e de técnicas tradicionais de construção desenvolvidas ao longo de gerações na necessidade de obediência às regras de adaptação a um território e seu clima específicos.

De uma forma ou de outra, e lembrando a importância das “leis da ecologia na concepção do progresso técnico” assim como da “conservação e utilização do património arquitectónico rural, intimamente ligado às paisagens humanizadas”⁸ para a preservação do meio ambiente, essas respostas devem ser enquadradas num processo que deve visar, em última instância, “atingir um equilíbrio harmonioso de relações entre a sociedade e o seu meio ambiente, com vista à promoção do “desenvolvimento económico sustentável”⁹.



Reconstrução do Moinho Branco (projecto e acompanhamento de obra: GTAA Sotavento). Cachopo, Tavira



Ribeirinha de Santa Maria, Tavira.

No entanto, e dada a rotura que a rápida e agressiva introdução de novos materiais e técnicas construtivas (pela possibilidade da distribuição em larga escala, pela sua maior facilidade de uso e aplicação, pelos preços mais competitivos, etc.) provocou na transmissão inter-geracional de saberes e práticas, responsável em grande medida pela extrema dificuldade em se encontrar nos dias que correm artífices e operários qualificados nas velhas artes da construção, torna-se necessário, dada a singularidade da arquitectura vernácula, adoptar abordagens específicas quer no que respeita ao seu estudo quer em relação à formação técnica¹⁰.

Essa abordagem, nomeadamente e como sugere a Recomendação N.º R (89) 6 do Conselho da Europa, passam pela “criação de cursos especializados sobre materiais e técnicas tradicionais de construção, a sua duração e possíveis combinações com materiais contemporâneos, assim como os seus custos e condições de utilização actual ou da sua substituição por técnicas e materiais contemporâneos”¹¹, que aquele documento considera essencial no processo de valorização do património como factor privilegiado de desenvolvimento local, e sem os quais dificilmente se poderá dar continuidade às manifestações arquitectónicas vernáculas na prática contemporânea, mesmo que reinterpretadas e integradas em novas linguagens.

Para tanto, e porque antes de mais uma política de conservação “no âmbito de uma política de ordenamento do território, só é possível se existir um inventário dos bens a manter”¹² e a salvaguarda da memória colectiva depende igualmente do “desenvolvimento de instrumentos de pesquisa e identificação”¹³ do património, a publicação em livro de um levantamento de materiais, técnicas e elementos construtivos característicos da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão (na sua maior parte coincidente com a área de intervenção do Gabinete), era entendida não só como um objectivo em si mesmo, estando inscrito nos próprios Planos de Intervenção de Aldeia subjacentes ao PRAA, mas sobretudo como consubstanciação da prática de pesquisa, investigação e levantamento, essencial para a compreensão do território de acção, que acompanhou o desenvolvimento da prática projectual do Gabinete ao longo do seu período de existência.

Referências bibliográficas

- ¹ Estrutura técnica multidisciplinar criada no âmbito do Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve (PRAA), uma iniciativa articulada entre a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e as autarquias de Alcoutim, Castro Marim, Tavira e Vila Real de Santo António.
- ² CHOAY (2006), p. 224.
- ³ Consultar a esse propósito: ALGARVE (2002/2003).
- ⁴ *Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea*. UNESCO, Nairobi, 1976. In LOPES; CORREIA (2004), p. 175-188.
- ⁵ *Carta sobre o Património Construído Vernáculo*. ICOMOS, México, 1999. *Idem*, p. 285-288.
- ⁶ *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. Conselho da Europa, 1975. *Idem*, p. 155-160.
- ⁷ "A conservação das construções existentes contribui para a economia de recursos e para a luta contra o desperdício". *Declaração de Amesterdão*. Conselho da Europa, Amesterdão, 1975. *Idem*, p. 161-170.
- ⁸ *Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território*. Conselho da Europa, Granada, 1977. *Idem*, p. 189-194.
- ⁹ *Recomendação sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas*. Conselho da Europa, Comité de Ministros, 11 de Setembro de 1995.
- ¹⁰ *Carta sobre o Património Construído Vernáculo*. ICOMOS, México, 1999. In LOPES; CORREIA (2004), p. 285-288.
- ¹¹ *Recomendação Nº R (89) 6, sobre a protecção e valorização do património arquitectónico rural*. Conselho da Europa, Estrasburgo, 1989. *Idem*, p. 221-222.
- ¹² *Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território*, 1977. *Idem*, p. 192.
- ¹³ *Recomendação Nº R (89) 6*, 1989. *Idem*, p. 219.
- ¹⁴ Como muito bem um dia lhe chamou o arq. Miguel Reimão Costa, primeiro coordenador do Gabinete.
- ¹⁵ As duas fases de existência do GTAA Sotavento corresponderam a outros tantos contratos-programa: 2001-2003 e 2004-2007.
- ¹⁶ *Declaração de Tlaxcala sobre a revitalização das pequenas aglomerações*. ICOMOS, 3º Colóquio Interamericano sobre a Conservação do Património Monumental, Tlaxcala, 1982.



Mestras, Alcoutim

Último acto, ou *fecho de abóbada*¹⁴, de uma experiência de sete anos de trabalho, a presente publicação foi assim, e desde logo, assumida pelo GTAA como um dos seus mais importantes trabalhos a desenvolver, considerando não só a sua importância como instrumento pedagógico mas também como acto de transmissão aos vindouros de um património (herança ou bem cultural) que nos foi legado pelos nossos antepassados e em cuja singularidade e significados nos reconhecemos enquanto indivíduos e entidade colectiva.

Se numa primeira fase – correspondente ao primeiro contrato-programa¹⁵, que vigorou entre 2001 e 2004, e a parte do segundo, entre 2004 e 2006 – os levantamentos efectuados não estavam ainda vinculados de forma estruturada a um planeamento efectivo da presente publicação, inscrevendo-se antes nessa prática sistemática e reiterada de investigação nos âmbitos temáticos associados à arquitectura vernácula com que se desenhou uma das características distintivas do Gabinete e sendo feitos à medida que as exigências projectuais os determinavam e a necessidade de antecipar caminhos os justificavam, esse trabalho nunca deixou de integrar uma constante reflexão, umas vezes mais outras vezes menos acentuada, orientada a esse propósito. Seria assim programada para o ano de 2007, ano de encerramento do Gabinete, nesse sentido e agora já com esse propósito, e reflectindo sobre a sedimentação desse conhecimento, uma terceira fase de levantamentos que incluiu uma recolha alargada de testemunhos orais junto de antigos artífices ou ainda em actividade e uma identificação mais abrangente e sistemática de elementos, materiais, sistemas e técnicas construtivas, sendo nesse âmbito e seguimento definidos de igual modo e com precisão a respectiva estrutura de conteúdos da referida publicação.

O resultado, sem pretensões a assumir a condição de manual ou guia, pretende tão só e simplesmente dar um contributo para o estudo, ainda por fazer, dos materiais e técnicas tradicionais de construção que caracterizam o património rural construído da região algarvia e para a discussão da sua importância, levantando a esse respeito mais questões e dúvidas que convicções e certezas, abrindo “janelas” à curiosidade e ao interesse, oferecendo-se ao apoio, assim o esperamos, a acções de reabilitação e recuperação do edificado.

Estruturado em três partes, na primeira o livro identifica e apresenta os materiais, diferenciados entre os de origem mineral e os de origem vegetal, que dão forma e substância ao património rural construído da região oriental da serra do Caldeirão e o vinculam ao seu território; descrevendo, na segunda parte, as principais aplicações e técnicas construtivas genéricas associadas a esses materiais, desde a construção de paredes e muros, à execução de caixilharias, passando pelas coberturas, pavimentos, revestimentos e acabamentos parietais; e finalizando, na terceira parte, com apontamento relativo a alguns elementos singulares associados a arquitecturas produtivas e funções específicas que integram algumas particularidades construtivas.

Em qualquer dos casos, a descrição, tão pormenorizada quanto possível, é suportada nos testemunhos orais recolhidos – cuja inserção nos textos em larga escala se enquadra numa opção assumida de valorização do indivíduo e dos seus saberes enquanto, ele próprio e também, património – complementada com fotografias e desenhos de pormenor, os quais decorrem dos levantamentos efectuados (tendo muitos deles integrado os próprios projectos de reabilitação elaborados pelo Gabinete) não integrando a necessária discussão, que ficará assim por fazer, das vantagens e desvantagens, potencialidades e anomalias que lhes estão associadas.

Finalmente, e em complemento, dá-se conta das várias experiências de aplicação de materiais e técnicas de construção tradicional em obras executadas no âmbito do PRAA, da responsabilidade do GTAA Sotavento, com que apenas pretende dar testemunho de exemplos práticos levados a cabo em circunstâncias precisas, não devendo ser entendidas como recomendações nem “receitas” passíveis de aplicação em qualquer situação e circunstância, lembrando que “para preservar a atmosfera tradicional nas localidades rurais e nas pequenas aglomerações e para permitir a continuidade de manifestações arquitectónicas vernáculas contemporâneas, é necessário dispor não apenas dos materiais, como das técnicas tradicionais”¹⁶.

Mealha, Tavira



Património rural: origens e âmbito do conceito

Vítor Ribeiro
arquitecto



de cima para baixo

Rocha dos Corvos, Tavira.
fotografia Miguel Reimão Costa

Malfrades, Alcoutim
fotografia GTAA Sotavento

Madeiras, Alcoutim

Um longo caminho percorreu a humanidade desde que os humanistas do séc. XIV descobriram a antiguidade clássica e deram início a um movimento crescente de interesse pela história e pelos seus signos Consubstanciado, num primeiro momento, na importância atribuída às **antiguidades**, transferida posteriormente para o conceito de **monumento**, até à fragmentação do conceito de **património**, repescado pela Revolução Francesa nos aspectos mais prosaicos da vida comunitária – no seu sentido de metáfora sucessória, para designar os tesouros herdados dos antepassados, nossos *patres* fundadores da nação – e que o século XX assume como noção geral a partir da qual constrói uma miríade de noções específicas e adaptadas a cada âmbito da vida humana.

Porque, obviamente, só preservamos ou conservamos aquilo a que damos valor, a que reconhecemos singularidade e condição de “portador de significados inalienáveis, de pertença pessoal, comunitária ou universal”¹, é natural que os conceitos e práticas associados à conservação do património estejam eles próprios ancorados a valores que se foram alterando ao longo dos tempos, num processo de assimilação ou *expansão ecuménica*, como lhe chama Françoise Choay²), na forma abrangente como se foram universalizando os valores e as referências ocidentais europeias, que conduziu a que hoje em dia já quase nada escape a um qualquer tipo de valorização e, por essa via, à sua integração no conceito genérico de património. É assim que o termo **património vernáculo**, correspondente a manifestações do engenho humano outrora consideradas menores (ou nem sequer consideradas), entra no léxico geral de todos quantos se interessam pela conservação, adquirindo uma importância crescente à medida que a globalização avança, a necessidade de contrapor aos processos de homogeneização cultural a afirmação das identidades e culturas locais progride e se alarga a consciência da importância das técnicas e dos materiais tradicionais de construção na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

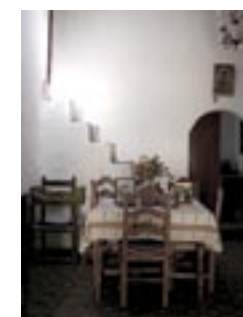


da esquerda para a direita
Pessegueiro, Alcoutim.



Aberto o caminho, pela Carta de Veneza de 1964³, ao reconhecimento efectivo da importância da arquitectura tradicional, ao aplicar o conceito de **monumento histórico** “quer às grandes criações, quer às realizações mais modestas” enquanto testemunho vivo das suas “tradições seculares”, estas seriam mais tarde agregadas no conceito mais vasto de **bens culturais**⁴ no qual se englobam quer os bens móveis quer os imóveis (os quais, e já sob o conceito de **património cultural**, são posteriormente divididos em **monumentos, conjuntos urbanos e sítios**⁵, acrescentando ao valor arquitectónico, no que respeita aos conjuntos urbanos, o valor de homogeneidade ou de inserção na paisagem). Será no entanto e apenas na década seguinte que o valor da arquitectura vernácula se institucionaliza, com a inclusão das aldeias tradicionais, “no seu ambiente natural ou construído”⁶, no âmbito e conceito abrangentes de património.

Em 1977, é pela primeira vez reconhecida, no Apelo de Granada sobre a Arquitectura Rural e o Ordenamento do Território⁷, a singularidade do **património rural**, não só relativa aos seus valores estéticos mas também ao seu carácter de testemunho de uma sabedoria secular, englobando “todas as construções isoladas ou agrupadas que estejam ligadas às actividades agrícolas, pastoris e florestais, bem como à pesca; apresentem interesse, quer pelo seu valor histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico ou social, quer pelo seu carácter típico e pitoresco; e se integrem na paisagem de modo coerente”, elementos que constituem e conformam as “pequenas aglomerações” cuja importância a Declaração de Tlaxcala de 1982⁸ virá reafirmar. Alargado entretanto o âmbito do conceito de **cultura** ao conjunto, único e insubstituível, dos “traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afectivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social”⁹ e destacada a importância do **património imaterial**¹⁰ (ou seja, aquele que se inscreve no domínio da intangibilidade), o património vernáculo vê finalmente consagrada, na Carta sobre o Património Construído Vernáculo de 1999¹¹, a sua singularidade enquanto “expressão fundamental da identidade de uma comunidade, das suas relações com o território e, ao mesmo tempo, expressão da diversidade cultural do mundo”, representando o “meio tradicional e natural pelo qual as comunidades criam o seu habitat” em resultado de um “processo evolutivo que inclui, necessariamente, alterações e uma adaptação constante aos constrangimentos sociais e ambientais”. “Continuação de estados temporários de um espaço em permanente mutação”¹², o património rural caracteriza-se assim pela diversidade de formas, de objectos, de elementos e escalas de observação, e pela heterogeneidade dos elementos que o constituem, que vão desde “os modos de existência materiais aos objectos naturais dominados e designados pelo homem; dos saberes, das técnicas e dos utensílios de construção às maneiras de comunicar e ao imaginário social”¹³ e integram “a fauna e flora selvagens, as paisagens naturais ou modificadas pelo homem, as aldeias e montes que apresentam múltiplas especificidades históricas e arquitectónicas, sob a forma de edifícios mas também de outras obras, como pontes, moinhos de vento ou muros de pedra solta, assim como todo um conjunto de elementos (lavadouros, calvários, etc.) agrupados no termo *pequeno património* (...) tudo o que a história transmitiu, a cultura na sua dimensão imaterial: língua, costumes, folclore, tradições musicais e artísticas, danças, produtos caseiros, especialidades culinárias, sem esquecer evidentemente o artesanato, os ofícios e os antigos saber-fazer”¹⁴.



de cima para baixo
Rocha dos Corvos, Tavira.
fotografia Miguel Reimão Costa;
Clarines, Alcoutim.
fotografia GTAA Sotavento



de cima para baixo
Malfrades, Alcoutim.
fotografia GTAA Sotavento;
Alcarias Pedro Guerreiro, Tavira.



Agrupando o essencial da produção arquitectónica popular – essa *arquitectura com raízes*¹⁵ intimamente ligada à natureza que constitui o seu berço e erguida “sem mais experiência do que a tradição, nem mais ajuda do que a da própria comunidade”¹⁶ – a aldeia rural, mais antiga forma de aglomeração e forma social cuja “unidade espacial, resulta de uma simbiose profunda entre a paisagem e a obra humana”¹⁷ e em torno da qual se construiu a história da sociedade rural¹⁸, constitui assim um quase prolongamento da paisagem, emanação física mas também simbólica do território a que se vincula e no qual profundamente se enraíza.



Serro da Vinha de Baixo, Alcoutim.

Esse carácter, de resto, está bem patente na forma simples como as populações descrevem o modo como construíam o seu espaço de habitar¹⁹ (espaço esse, aliás, intimamente ligado aos meios de produção, ou seja, concebido em função da economia agrária²⁰), sintetizando, de forma tão extraordinariamente despojada de artifícios decorativos como a sua própria arquitectura, todos os elementos essenciais que configuram a arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão, reflectindo nessa simplicidade e despojamento a aspereza de um território, ele próprio pobre e agreste, onde os recursos são escassos e difíceis de trabalhar, mas onde se sente o apuro que permitiu ao longo de gerações atingir resultados satisfatórios na resposta aos constrangimentos climáticos.

Estevais, Tavira.



Referências bibliográficas

- ¹ ALVES (2005), p. 42.
- ² CHOAY (2006), p. 183-184.
- ³ Cf. in LOPES; CORREIA (2004), p. 103-108.
- ⁴ Expressão que surge pela primeira vez na *Recomendação de Paris para as obras públicas ou privadas*. UNESCO, Conferência Geral, 15ª sessão, Paris, 1968.
- ⁵ *Recomendação de Paris para a protecção do património mundial, cultural e natural*. UNESCO, Conferência Geral, 17ª sessão, Paris, 1968.
- ⁶ *Carta Europeia do Património Arquitectónico*. Conselho da Europa, 1975. In LOPES; CORREIA (2004), p. 155-160.
- ⁷ Cf. in LOPES; CORREIA (2004), p. 189-194.
- ⁸ *Declaração de Tlaxcala sobre a revitalização das pequenas aglomerações*, 1982.

- ⁹ *Declaração do México*. ICOMOS, Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, México, 1985.
- ¹⁰ *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial*. UNESCO, Conferência Geral, 32ª sessão, Paris, 2003.
- ¹¹ Cf. in LOPES; CORREIA (2004), p. 285-288.
- ¹² CHIVA, Isaac – *Patrimoines culturel, naturel, et aménagement du territoire rural*. In ÉCOLE NATIONAL DU PATRIMOINE – Patrimoine Culturel, Patrimoine Naturel. Paris : La Documentation Française, 1995. p. 116. Cit. por ALVES (2005), p. 47.
- ¹³ *Idem*, p. 42.
- ¹⁴ DOWER (1998).
- ¹⁵ LLANO, Pedro de – *Arquitectura Popular en Galicia. Razón e Construcción*. Santiago: Colexio de Arquitectos de Galicia, 1996, p. 15. Cit. por MARQUES (2000).

- ¹⁶ *Idem*.
- ¹⁷ PEETERS (1982), p. 147.
- ¹⁸ “A aldeia tem algo de entidade imaginada e mítica, já que a história da sociedade rural se constitui em tomo desta forma social, agreste e amena, que marca a paisagem e que, mesmo quando se esvazia de gente, parece lembrar, como testemunho, o microcosmos de gente que lhe deu forma”. Joaquim Pais de Brito, cit. por ALVES (2005), p. 44.
- ¹⁹ Cf., na p. 30, testemunho de introdução ao texto *Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*.
- ²⁰ PEETERS (1982), p. 146.

À direita
Fonte do Corcho, Tavira.
em baixo
Estevais, Tavira.



Telheiros

Marta Santos
arquitecta



O telheiro fazia a obra cozida das casas: as telhas, os adobinhos, as tijoleiras, o tijolo burro... que se usavam nas coberturas das casas, nos beirados, no pavimento e nos poiais, nas chaminés, nas abóbadas do forno... Era um material de compra que só vinha dos telheiros. E os telheiros existiam nas zonas das barreiras, onde houvesse barro bom para a construção. Não se faziam telheiros em qualquer lugar! Tinha de ser nestas terras barrentas. Amassava-se o barro na eira, ia-se buscar a água naquela ribeira, e na cova da eira batia-se o barro. Amassava-se, e depois era moldá-lo e cozê-lo. Sempre a trabalhar, do fim do Inverno até ao fim do Verão... E depois vinham logo cá buscar as peças todas, para o «Algarve» e para esses cerros todos¹.



O território do Barrocal, graças à presença de terras argilosas, favoreceu o aparecimento de pequenas indústrias artesanais, explorando barreiras e promovendo a instalação de **telheiros** e casarões de habitação associados ao **mestre-de-telheiro** e aos restantes trabalhadores que da exploração desses filões dependiam. A indústria artesanal de produção de produtos cerâmicos marcou no passado a dinâmica económica de alguns povoamentos, como Santa Catarina da Fonte do Bispo, privilegiada pelas relações com o Barrocal e proximidade aos núcleos urbanos do Litoral, ou também como Castro Marim, com ligação privilegiada, por via fluvial, até Mértola, e ainda alguns pólos serranos isolados, embora com menos representatividade, como no Barranco do Caldeirão (Fernão Gil, Castro Marim), Alcarias (Tavira) e Pessegueiro (Alcoutim), entretanto desactivados.

Estes fornos permitiam a fabricação de peças essenciais nos sistemas construtivos da arquitectura vernácula: **telhas de canudo**, para a execução de coberturas e remates de chaminés; **ladrilhos**, para os pavimentos, revestimento de poiais e remates de cobertura; **tijolo maciço**, para o guarnecimento de vãos e construção de arcos, abóbadas ou abobadilhas, chaminés e fornos de pão. Por requererem algum conforto financeiro para a compra de produtos cozidos, as peças eram muitas vezes readaptadas para outros usos, resultantes de demolições, na utilização de peças excedentes, ou por heranças, das quais também resultavam na partilha de produtos de construção.



de cima para baixo
Telha de canudo, Julião, Tavira;
Barrocal, Julião, Tavira;
Telha de canudo e tijoleira, na conformação de beirado. Estevais, Tavira.

Julião, Tavira.



Processo de enformar. Julião, Tavira.

O **telheiro**, de trabalho sazonal, laborava todos os dias a partir de Março e até Outubro, iniciando-se logo após esse período o trabalho nos campos de cultivo, que a par da venda dos produtos fabricados durante a época de laboração garantia sustento familiar anual. Esta indústria artesanal dependia directamente das condições climatéricas, da exposição solar e da humidade relativa do ar, pelo que os dias eram aproveitados na sua maior extensão, de sol a sol – o **telheiro trabalhava só no Verão**, que era tudo ao ar livre. De Março a Outubro, todos os dias conforme ia o tempo: se estava a chover tínhamos que deixar. E às vezes, quando vinha chuva, perdia-se tudo. Que a eira enchia-se de água e perdia-se tudo. No resto do tempo íamos para o campo. Não havia trabalho nenhum. Era o nosso governo, o campo e a venda das peças que não se haviam vendido no Verão.¹

O funcionamento do telheiro encontrava-se organizado por tarefas específicas – o **mestre-de-telheiro**, os **amassadores**, os **cortadores**, os **lançadores**, os **atiçadores** e os **trabalhadores da roda-de-fora** – mantendo em constante produção uma linha de montagem que se distribuía em contínuo pelas diversas tarefas: preparação da matéria-prima, execução das peças, processo de cozedura e armazenamento.

Sobre o **mestre-de-telheiro** recaía a responsabilidade do telheiro, a selecção de barreiras para extracção de barro e sua adequada selecção para o produto produzido. Aos **amassadores**, operários especializados na preparação das pastas de barro, competiam as tarefas de amassadura nas eiras, adequando a matéria-prima para o produto confeccionado e seleccionando as ocas para pintura de algumas peças. Os **trabalhadores da roda-de-fora** – **cortadores**, **lançadores**, **atiçadores** – eventuais aspirantes a mestres, executavam, sob direcção do **mestre-de-telheiro**, as diversas tarefas de transporte do barro e das peças para a zona de secagem, telheiro e armazenagem, o batimento das peças e a manutenção do fogo durante o processo de cozedura – *andavam sempre, pelo menos, cinco homens a trabalhar: o mestre-de-telheiro, tinha o saber que aprendera há muito tempo, e também lhe pertencia o terreno do telheiro e o conhecimento das barreiras; o amassador, que amassa o barro; o cortador, que estava sempre ali na pedra, onde corta o barro para a molda das peças; e outros tantos que andavam ali em roda, chamava-lhe a gente de andar em roda-de-fora, que eram o atiçador, o lançador, que deitava as telhas, os ladrilhos, o enformador, que montava o forno como os outros todos... ajudava nos serviços. Tentava-se não trabalhar ao Domingo, mas nas formadas durante a noite havia sempre pessoas a trabalhar. Havia um que começava às oito da noite até às duas da manhã. E depois entrava outro das duas até às oito da manhã. O trabalho da noite tinha duas pessoas próprias: são os atiçadores. Acontecia uma vez por semana, uma noite, também não era assim muito complicado. E antigamente ainda era mais espaçado.*¹



Julião, Tavira.



Julião, Tavira.
fotografia Marta Almeida

Coberturas

Vítor Ribeiro
arquitecto

Marta Almeida
arquitecta paisagista



Coberturas inclinadas de telha de canudo. Beliche de Cima, Tavira. fotografia Miguel Reimão Costa

*Isto aqui já é telhado de caniço. Isto chama-se caniço, porque tem cana. Isto são tudo casas antigas, pois escute: agora já não se fazem casas com este modelo, já ninguém faz!*¹

Coberturas definidas por planos inclinados

Vítor Ribeiro

A **cobertura inclinada** de uma ou duas águas composta por estrutura de **caibros de madeira, forro de canas** e revestimento de **telha de canudo** de barro cozido e rematada exteriormente por beirado constitui na região serrana o modelo tradicional de cobertura, directamente assente sobre paredes de alvenaria de pedra, associado às construções de planta quadrangular, quer as de função habitacional quer de guarda de animais e apoio às actividades agrícolas.

Apresentando reduzida variedade de materiais e técnicas construtivas, as diferenças mais significativas – decorrentes da capacidade económica do proprietário, da disponibilidade de materiais e/ou das funções associadas ao respectivo edifício – manifestavam-se essencialmente nos acabamentos, sendo mais cuidada a execução das coberturas das habitações, de forma a garantir maior conforto e qualidade de desempenho.

Invariavelmente, os **caibros** de madeira de **azinho, pinho** ou **eucalipto** que constituem a estrutura do telhado eram simplesmente apoiados, transversalmente em relação ao lado maior e distantes entre si não mais de 60 cm, sobre as paredes-mestras do edifício, quase sempre sem recurso ao **pau-de-fileira** – *paus de azinho!* *Você sabe o que são paus de azinho? Onde é que se arranjam paus daqueles? Isto agora já não existe nada disto, já só fazem tudo em cimento! Já não se arranjam paus por aí como estes! Estes paus duram uma vida inteira. Quem vive agora em casas destas sou só eu, que sou pobre e não as posso arranjar. Já não há nada disto, já não há azinheiras destas...*²

Com a ajuda de **varas de loendro** cortadas a meio longitudinalmente – *isto [o loendro] é que é a vara com que a gente faz o telhado, e fica bom*³ – eram posteriormente pregadas aos caibros, transversalmente, as **canas** que constituíam o tradicional e tão característico **caniço**, forro interior da cobertura.

Se nas habitações a aplicação do forro de canas era mais cuidada, nos palheiros e ramadas era comum – relativizando as precauções com o conforto e economizando no material e na execução – disporem-se as canas segundo o chamado **salto de rato**, em que estas eram colocadas em conjuntos espaçados de 3 ou 4 unidades mas de forma a permitir o assentamento posterior de cada fiada de telhas.

Por vezes, num procedimento adoptado recentemente visando garantir maior protecção contra a entrada da água das chuvas e isolamento, é possível observar a disposição de folhas de papel (que se aproveitavam de sacas de farinha, por exemplo, abertas para dar maior rendimento) sobre o caniço como base para a aplicação de uma camada de argamassa, vulgarmente de terra ou barro, a qual ajudava ainda a firmar as fiadas de telhas: *Fazia-se o caniço; punha-se [sobre o caniço] umas folhas de papel desse das sacas das farinhas, que se abriam e dava duas; fazia-se a massa e punha-se a massa [sobre as sacas]; e depois telhava-se. Depois aquilo já não deixava cair... Quando não havia dinheiro evitava-se, não se punha essas massas. [Mas] não se compara: isso [com a massa] era muito melhor, evitava mais a água nas paredes*³. *Levava paus em vez de cimento e punham canas. Por cima das canas punham terra, terra molhada. E depois punham a telha*⁴.



Caniço, no revestimento interior de cobertura de habitação. Portela, Alcoutim



Caniço, no revestimento interior de cobertura de palheiro. Pomar, Vila Real de Santo António



Beirado composto. Malfrades, Alcoutim. fotografia GTAA Solavento

Finalmente, a **telha de canudo** de barro cozido proveniente dos fornos existentes nas zonas do Barrocal e Litoral (constituindo Santa Catarina da Fonte do Bispo e Castro Marim os dois principais centros desta indústria no Sotavento) era cuidadosamente aplicada, dando-se especial atenção à execução dos remates de fachada (beirados), remates superiores de planos inclinados (cumeeiras) ou remates de empena. Se relativamente às **cumeeiras** e remates de empena não se encontram variedades significativas na forma de execução – registando-se apenas, e pontualmente, a aplicação de telhas decorativas nos remates entre ambas – quanto aos remates de fachada, ou **beirados**, estes podiam assumir diferentes formas e modelos, desde os beirados simples aos **beirados compostos** ou com cimalha, passando pelos **beirados de beira-telha** e **beirados duplos** – *a beira-telha é aquilo que está ali.... Estas aqui são simples: [a telha] é só apoiada em cima, punha-se a telha arrumada à parede*³ – até às próprias **platibandas** (quando o seu uso se começou a generalizar), reflectindo uma variedade a que as capacidades económicas do proprietário e a habilidade do artífice não seriam alheios.



Beirado composto e remate de fachada. Ribeirinha, Tavira.

Caixilharias

Vítor Ribeiro
arquitecto



As pessoas mandavam fazer as portas aos carpinteiros. O carpinteiro era mais fino; o abegoão [abegão] era para obras mais grossas, para fazer coisas de trabalho, para moinhos e para a agricultura, era aquele homem que fazia, por exemplo, um arado para lavrar, charruas em madeira, era quem fazia as madeiras dos moinhos, quem fazia umas cangalhas que punham em cima da albarda para depois transportarem o trigo.¹

A casa tradicional da região oriental da serra do Caldeirão apresenta, na generalidade, poucos e reduzidos vãos, cujos sistemas de protecção podem ser integrados em quatro grandes grupos de caixilharias de madeira, correspondentes a portas e janelas, cada qual agregando diversas variantes resultantes da arte de cada carpinteiro, artífice encarregado desse tipo de trabalhos mais finos que se diferenciava do abegoão, a quem se entregavam os trabalhos de madeira mais pesados, trabalhos que em qualquer dos casos não dispensavam ainda a força braçal – Nessa altura usavam serras manuais, chamavam-se serras de braçadas. A serra de braçadas tinha uma folha de serra grande, com um metro e tal de comprido. Em cima tinha um pau atravessado e outro em baixo. Depois era apertado [de cada lado] e a serra ficava ao meio para esticar. E depois faziam um cavalete e punha-se uma pessoa em cima do pau [do cavalete] e outro em baixo, eram sempre dois homens: um puxava para baixo e outro puxava para cima, e a serra serrava assim, para abrir [a madeira]. Levavam dias a serrar assim. Para se guiarem não faziam um risco: pregavam um prego [de cada lado] do pau, punham um fiozinho molhado numa tinta e atavam-no [aos pregos]; depois puxavam para cima, o fio batia em baixo e ficava o risco feito¹.



de cima para baixo
Porta (tipo A) de taipal de madeira, de duas folhas, uma das quais constituída por duas meias-portas. Martinlongo, Alcoutim;
Porta (tipo B) de taipal de madeira, de folha única, com postigo, sem vidro, encerrado por portada interior. Martinlongo, Alcoutim.
fotografia Vítor Ribeiro (1, 2)

em baixo, da esquerda para a direita
Porta (tipo B) de taipal de madeira, de folha única, com postigo, sem vidro, encerrado por portada interior. Alcañias Pedro Guerreiro, Tavira;
Porta (tipo C) de taipal de madeira, de folha única, com postigo envidraçado, com portada interior. Serro da Vinha de Baixo, Alcoutim;
Porta (tipo B) de taipal de madeira, de folha única, com postigo, sem vidro, encerrado por portada interior. Alcañias Pedro Guerreiro, Tavira.



Tramela. Rocha dos Corvos, Vila Real de Santo António.
fotografia Miguel Reimão Costa

O sistema de fecho, anterior aos ferrolhos, trincos, fechos e fechaduras metálicas, e a que era dado o nome de **tramela**, consiste ainda em duas peças, também de madeira: uma rectangular, que roda verticalmente sobre um prego fixo à folha ou uma das folhas móveis da porta; e outra em forma de U, fixa à folha batente ou ao aro da gola, na qual a primeira ao encaixar impede a porta de abrir – a tramela é aqui no batente, ao meio da porta, tranca a porta ou destranca a porta: quando vira assim [para baixo] fecha a porta, quando vira assim [para cima] abre a porta. As tramelas eram feitas pelo carpinteiro, mas isso era uma peça mais fácil, se por um acaso se partia, qualquer um, curioso, já fazia¹.

Para garantir ainda maior segurança, um tronco de madeira de secção redonda com um diâmetro aproximado de 6 cm, a **tranca**, que se encaixa em dois buracos abertos nas ombreiras da porta, era colocada transversalmente ao vão – a tranca fica de atravessado, também era de pinho e tinha que ser um pau direito. Tem assim um sovaço [buraco] na parede, de um lado e do outro [em cada ombreira]. O buraco de um lado era mais comprido, mais fundo, depois enfiava-se a tranca ali e depois puxava-se [a tranca] para o outro lado, e depois punha-se ali uma cunha para segurar, entre a porta e a tranca, e ficava bem trancada.¹

Num provável desenvolvimento daquele modelo ou quando a capacidade económica o permitia, rasgava-se um pequeno **postigo** (ver portas e janelas do tipo B), quer nas partes superiores das portas quer nas próprias janelas, o qual, e num primeiro momento, é simplesmente encerrado por uma **portada** com abertura para o interior que, através de um rebaixo à meia madeira, nos topos, se apresenta como se fosse um simples recorte do próprio painel – aqui ao meio tem o postigo: era um quadro assim pequeno, sempre pequeno. Dá pouca luz, era só para a gente assomar [espreitar] quem vem, quem passa, e depois fechar o postigo¹. Será a este postigo que posteriormente, com a generalização do vidro e conforme as possibilidades económicas do proprietário, se acrescentará pelo exterior um **caixilho envidraçado**, enriquecendo a porta ou janela.



de cima para baixo
Janela (tipo A) de taipal de madeira, de duas folhas. Cachopo, Tavira.
fotografia Vítor Ribeiro;
Janela (tipo B) de duas folhas com postigo, sem vidro, encerrado por portada interior. Martinlongo, Alcoutim.
fotografia Vítor Ribeiro